



## **MULHERES E RELIOSIDADE NA MODERNIDADE UMA BREVE ANÁLISE SOBRE MULHERES, RELIGIÃO E POBREZA**

MENDONÇA, Amanda André de  
*Doutoranda do Programa de Política Social da UFF*  
*amandademendonca@gmail.com*

209

### **RESUMO**

Nos dias de hoje, as camadas mais populares cumprem um papel de destaque no que tange a questão da religiosidade e a ordem social. Esse novo processo envolvendo a religiosidade e as camadas populares no Brasil está estritamente relacionado à disseminação das denominações evangélicas, em especial, as neopentecostais. Nestas denominações as mulheres têm ocupado um papel central, de destaque na busca por novas formas de expressão religiosa. Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre este fenômeno recente do cenário brasileiro, o movimento neopentecostal, e a participação significativa das mulheres pobres no mesmo. Buscou-se verificar de que forma este fenômeno de retomada religiosa como elemento de elucidação e aceitação da vida social é predominante entre as mulheres pobres.

**Palavras-chave:** Religião, mulheres e pobreza

### **ABSTRACT**

Nowadays, the most popular layers play an important role regarding the issue of religion and the social order. This new process involving religiosity and popular classe in Brazil is closely linked to the spread of evangelical denominations, especially the neopentecostais. In these denominations women occupied a central role, especially in the search for new forms of religious expression. In this perspective, the aim of this article is to reflect on this recent phenomenon of Brazil, the neopentecostal movement, and the meaningful participation of poor women in the same. We attempted to verify how this phenomenon of religious resumption as part of elucidation and acceptance of social life is prevalent among poor women.

**Key-words:** Religion, women and poverty



## 1. INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado por diferentes tipos de violência, onde os interesses do mercado e o consumo tomam lugar de honra, tem crescido o número de sujeitos, em especial entre as classes populares, que por não terem suas necessidades básicas satisfeitas e receberem o impacto e apelo do mercado para que consumam, procuram na religião um bem de consumo disponível e acessível.

Nesse aspecto cabe destacar que esta procura tem levado a um crescimento considerável das denominações neopentecostais<sup>1</sup>, que inauguram novas formas de pregação, abandonando o ascetismo do protestantismo histórico e modificando costumes e hábitos para a entrada em padrões comuns de conduta. No Brasil, este fenômeno tem ganhado contornos significativos com o aumento expressivo do número de pessoas que aderiram às chamadas igrejas neopentecostais. Surgido no final da década de 1970 o neopentecostalismo e as igrejas que com ele se estabeleceram no país passaram a ter uma grande visibilidade no país no final da década de 1980. Esse crescimento incluiu em grande medida a participação feminina, tendo a busca por novas formas religiosas de expressão ocorrido predominante entre as mulheres.

Sabe-se que as mulheres, de modo geral, tiveram que ingressar no mercado de trabalho formal como forma de aumentar os salários familiares. Contraditoriamente a esse processo da entrada massiva de mulheres na vida pública brasileira, houve um período de recessão econômica e instabilidade política em algumas regiões. Soma-se a isso, o ajuste de diversos setores da economia que levaram a um aumento do desemprego e do subemprego, afetando especialmente as mulheres.

São elas que suportam a maior carga na administração do consumo e da reprodução da família em face à escassez de recursos. Isso atrelado à inexistência de sistemas de bem-estar social dirigidos às necessidades das mulheres. Em que pese à instauração de políticas e programas, iniciados a partir da década de 1990 no Brasil, com foco na família frisando essencialmente a figura feminina, estes não têm sido suficientes para conter o adensamento da pobreza a qual essas mulheres estão submetidas (perpassadas).

---

<sup>1</sup> Vertente do evangelicalismo que congrega denominações oriundas do pentecostalismo clássico ou mesmo das igrejas cristãs tradicionais.



Nesse sentido, o neopentecostalismo serve aos interesses práticos das mulheres. Ele promete a resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos: “pare de sofrer, você nasceu para vencer”. Através de ideias e práticas de cunho mágico e uma relação que aproxima a igreja da realidade das fiéis, a religiosidade adquire centralidade na vida deste segmento social que é diretamente atingido pela desigualdade social.

Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre um fenômeno recente do cenário brasileiro que é o movimento neopentecostal e a participação significativa das mulheres pobres no mesmo. É importante ressaltar que não se pretende nem é possível neste breve estudo fazer uma análise profunda e exaustiva do neopentecostalismo. Para tomar apenas a área da doutrina, existem dezenas de questões altamente complexas, sobre as quais muito têm sido escrito. O interesse primordial é dar uma visão ampla do movimento neopentecostal e destacar os seus aspectos mais relevantes no que diz respeito à participação feminina.

Assim, busca-se verificar de que forma este fenômeno de retomada religiosa como elemento de elucidação e aceitação da vida social é predominante entre as mulheres pobres. Nesse aspecto, para dar conta de responder ao objetivo proposto, utiliza-se como base metodológica a revisão bibliográfica concernente ao tema, lançando mão de conceitos importantes para refletir e contribuir com uma discussão que não se limita aqui.

## **2. A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RELIGIOSIDADE**

Primeiramente, é importante enfatizar que o conceito de pobreza que norteia esse estudo centra-se na noção relacionada a um espectro complexo e amplo. A pobreza persistente em nossa sociedade, pode-se dizer que é proveniente de elementos de ordens diversas os quais podemos elencar: o não acesso a políticas sociais tradicionais como saúde, educação, previdência, habitação; falta de acesso a um conjunto de serviços básicos de primeira necessidade relacionados à infraestrutura urbana; bem como o não acesso à informação, ao trabalho remunerado de forma digna e, a não participação política e social (SILVA, 2010).

Claro que não podemos desconsiderar o fator monetário que, em um contexto como o brasileiro é permeado por uma brutal concentração de renda (ROCHA, 2003). No entanto, Yazbek (2012) ressalta que, a pobreza deve ser analisada levando-se em conta “o acesso a bens,



recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência” (YAZBEK, 2012, p.292).

Já o conceito de pobreza que norteia os programas e políticas instauradas desde meados da dos anos 1990 centra-se na questão monetária. Ou seja, a pobreza é mensurada exclusivamente pela renda *per capita* das famílias (ROCHA, 2003). Nesse aspecto são desconsideradas outras variáveis importantes que caracterizam a pobreza, principalmente quando tratamos das relações de poder persistentes em uma sociedade marcada por desigualdades diversas, dentre as quais destacamos a de gênero.

Atrelada a essa hipótese, podemos enfatizar ao menos alguns marcos importantes. A despeito das conquistas alcançadas pelas mulheres na ocupação do espaço público, antes restrito aos homens, bem como da entrada massiva destas no mercado de trabalho, ainda existe um amplo contingente de mulheres lançadas aos trabalhos precários. A configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil tiveram peso no aumento da pobreza entre as mulheres. As mulheres também foram pressionadas pela reestruturação produtiva (desemprego, terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas), o que significou para elas o trabalho informal, instável, precário e em geral postos relacionados com setor de serviços, que podem ser conciliados com o trabalho doméstico.

Os fatores que interferem para o aumento da pobreza das mulheres estão majoritariamente relacionados à qualidade da sua inserção no mercado de trabalho, que as coloca em condições inferiores. O caráter cooperativista e centralizado na organização autônoma do trabalho foi facilmente incorporado às agendas públicas a partir de 1990 (projeto neoliberal). As políticas focalizadas e compensatórias foram amplamente difundidas e com elas o reforço do caráter de alívio da pobreza feminina e não de ações de redistribuição de poder entre os sexos.

Nesse contexto, faz-se importante explicar o que se entende por feminização da pobreza. Segundo Novellino (2004, p.2), este conceito é cunhado por Diane Pearce em 1978. Assim, para a pioneira, a feminização da pobreza está relacionada à mulher com filhos sem a companhia de um marido ou companheiro. O que leva nesse caso, à responsabilidade no sustento da família a essa mulher. Contudo, é necessário compreender que a pobreza afeta obviamente também aos homens, mas as refrações desta incidem de forma mais diferenciada sobre as mulheres, devido a diversos fatores.



Segundo o relatório RASEAN (2013) podem-se verificar mudanças pelas quais a organização familiar vem passando, com um aumento no número de arranjos familiares unipessoais. Com isso, o número de casais é reduzido e amplia-se o número de famílias monoparentais, dentre as quais podemos verificar um número de 16,4% de famílias monoparentais femininas (BRASIL, 2013, p. 29).

Contudo, Castro (2001) chama atenção para a afirmação de que o maior grau de pobreza entre mulheres é provocado pelo aumento do número de mulheres chefes de família (e chefia familiar). Para ela não se trata da ausência da figura masculina, mas sim, em virtude da dedicação das mulheres aos cuidados e à reprodução, a qualidade da participação destas no mercado de trabalho é limitada.

Sendo assim, pode-se afirmar nesse caso que as refrações da pobreza incidem de forma mais perversa sobre o público feminino devido, principalmente, a relação das mulheres com o mercado de trabalho e com a vida reprodutiva. Com isso, percebe-se que é sobre as mulheres que recaem uma carga maior proveniente do tempo que estas despendem na conciliação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico (não remunerado): produção e reprodução (MELLO; SABBATO, 2011). É importante lembrar que isso fomenta uma enorme discussão, principalmente quando à mulher incide uma relação de culpa entre o seu “papel” de mãe e cuidadora da casa, em detrimento de uma vida profissional bem-sucedida.

As mulheres vivem no mundo atual uma espécie de esquizofrenia e culpas entre o trabalho que realizam no interior de suas casas, cuidando dos filhos e maridos atividades que realizam por “amor” a sua família e a vida profissional, ter sucesso na carreira escolhida além da maternidade (MELLO; SABBATO, 2011:1).

Convém ressaltar que esse papel, ainda atribuído à mulher, (é permeado) se faz presente no interior das diversas instituições que perpassam a sociedade. Logo, a religião não foge a essa regra e reforça incisivamente esse papel denotado à mulher. Sendo assim, além das mulheres serem as mais penalizadas diante de sua inserção subalterna no mercado de trabalho em comparação ao homem, a desigualdade de gênero é reforçada diante da invisibilidade do trabalho doméstico enquanto primordial para o bem-estar da sociedade (MELLO; SABBATO, 2011).



Nesse sentido, podemos afirmar que persistem desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, que se relacionam ao padrão diferenciado no acesso tanto ao mercado de trabalho quanto aos bens, sendo essa apenas uma faceta explicativa da feminização da pobreza.

Diante dessa problemática fica evidente que as refrações da pobreza incidem de maneira mais perversa sobre as mulheres. Isso porque são elas quem suporta a maior carga no mercado de trabalho, onde a tendência é ocupar trabalhos precários. Não bastasse, ainda é sobre elas que recai a obrigação moral e social no cuidado do lar e dos filhos. E é justamente sobre esse trabalho reprodutivo que se encontra a maneira mais eficaz de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres, visto que, por não ser considerado trabalho produtivo fica invisibilizado pelo respaldo do papel feminino como algo intrínseco, sem qualquer relação sociocultural. A esse trabalho doméstico é atribuído o caráter de dádiva, como atribuição inata à mulher.

Nesse cenário, onde os maiores encargos recaem sobre a figura feminina, é importante ressaltar que a composição familiar tende a contribuir para o agravamento da condição de pobreza (MONTALI; TAVARES, 2008). Logo, quando tratamos de mulheres sozinhas com filhos pequenos, a probabilidade desse tipo de domicílio apresentar uma situação de pobreza é grande devido, principalmente, à composição desfavorável para a inserção de seus membros no mercado de trabalho. Mas, especialmente, pelo tempo despendido por essa mulher no âmbito doméstico, a qual, sem qualquer reconhecimento, não se oferecem políticas efetivas que possibilitem a inserção destas mulheres de forma digna na estrutura salarial.

Em síntese pode-se alegar que existem inúmeros empecilhos que contribuem para reforçar as desigualdades em uma sociedade marcadamente sexista como a nossa. Entendendo essa pressão atribuída à mulher, a religião encontra nessa brecha um espaço para ocupar. Tratando-se de um público que vivencia violências de todos os tipos, caracterizadas inclusive por situações degradantes como a miséria, entre outros fatores que afetam psicologicamente e emocionalmente os indivíduos, a religião se adapta a esse contexto para angariar fiéis.



### **3. MULHERES E RELIGIOSIDADE NA MODERNIDADE: O NEOPENTECOSTALISMO EM DEBATE**

Os debates envolvendo a questão religiosa e seu papel na organização social não são recentes. Diversos autores já buscaram compreender este complexo fenômeno que envolve a relação entre religiosidade e sociedade. Dentre eles, destaca-se a produção de Weber que em "A ética protestante", analisou o que denominou de "espírito capitalista". Para o autor, o capitalismo precisaria de um espírito que justificasse e legitimasse sua atividade econômica. Compreendendo o capitalismo enquanto acumulação ilimitada de capital surge à questão de como tornar algo, no caso o capital, que tem fim em si mesmo, em um meio para satisfação dos desejos e necessidades dos indivíduos? Essa necessidade de tornar aceitável e legítima uma atividade irracional é que torna fundamental, segundo Weber, a existência deste espírito capitalista.

O autor defende que esse elemento é que garante o funcionamento do capitalismo de forma sistemática. Ele aparece como uma atividade econômica pura, independente de justificção moral, quando na verdade depende diretamente dessa justificativa. Essa legitimação deve aparecer como natural, como parte da economia e de seu funcionamento, visto que o capitalismo em seu princípio precisaria de adesão e comprometimento dos indivíduos. Neste sentido, Weber argumenta que o tipo específico de justificção social e moral que permitiu a consolidação simbólica deste sistema econômico, o capitalismo, foi a motivação religiosa. A ideia de trabalho como vocação aparece como um elemento central e ilustra bem o caminho da religião produzindo sentido e justificando a condução da vida prática.

Assim, para Weber (1990), o espírito do capitalismo foi algo possível mediante o ascetismo religioso instaurado pelo protestantismo. Isto é, se diante do domínio da igreja católica o lucro era tido enquanto algo abominável por Deus, com o surgimento do protestantismo, o trabalho árduo e o ganho se tornaram maneiras de adorar a Deus. Nesse sentido, esse *ethos* disseminando pela moral religiosa irá, segundo Weber (1990), instaurar um novo padrão de conduta onde o viver bem é denotado como vontade divina.

Claro que com o engajamento no sistema capitalista, uma vez disseminado, o capitalismo se desvinculou do espírito que o proporcionou. Contudo, pode-se dizer que a propagação dos ensinamentos da dita "Teoria da Prosperidade" disseminada pelos



neopentecostais (PAULA, 2013, p.129) é um fenômeno semelhante ao espírito destacado por Weber. Nesse aspecto, pode-se alegar que esses ensinamentos atuam no sentido de adaptar seus fiéis ao sistema, disseminando ideais de que o bem estar material, o viver bem financeiramente e o fato de não se ter problemas de diversas ordens, demonstra a fé e o agir de Deus na vida do crente.

Nessa onda de adaptação das práticas religiosas às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos seus fiéis, a prosperidade passa a ser vendida como verdadeira mercadoria. Os dízimos e as ofertas funcionam nesse esquema como moeda de troca por aquilo que era chamado de graça e/ou dádiva de Deus. Assim como Weber (1990) acreditava que o capitalismo só foi possível mediante um *ethos* perpassado pelo âmbito da moral, a disseminação do discurso religioso vinculado ao dia-a-dia do crente passa a ser um elemento eficaz. Uma vez vinculado à moral e à fé dos seus adeptos, a matriz religiosa em questão funciona como um elo que leva aqueles sem qualquer perspectiva de futuro a afirmarem sua fé mediante suas ofertas e, conseqüentemente, afirmarem uma estratégia de vida.

Neste processo a justificação moral do capitalismo passa a se articular a noção de bem estar com o progresso material. Ao percebemos a combinação destes fatores simbólicos e materiais compreendemos a universalização da economia capitalista como principal instância reguladora e coordenadora das ações sociais do mundo de hoje. Neste sentido, como consequência mais imediata em um mundo marcado pela violência, despojado de encantamento e valores éticos, há um número crescente de sujeitos a procurar as religiões de um modo geral, sobretudo entre as classes populares.

Cabe destacar que, nos dias de hoje, as camadas mais populares cumprem um papel de destaque no que tange a questão da religiosidade e a ordem social. Em geral, esse segmento não tem suas necessidades básicas satisfeitas e recebem o impacto e apelo do mercado para que consumam. A alternativa encontrada acaba passando pelo consumo de bens de uso simbólico por práticas e ritos religiosos. As religiões transformam-se em mais um bem de consumo disponível dentre tantos outros.

Esse novo processo envolvendo a religiosidade e as camadas populares no Brasil está estritamente relacionado à disseminação das denominações evangélicas, em especial, as neopentecostais. Estas têm desempenhado o papel de pertencimento religioso construindo as





subjetividades dos sujeitos conjugando suas ações com os anseios de mudança do segmento a qual tem predominância.

Nesse sentido, as denominações neopentecostais – originárias do pentecostalismo – ganham relevância, principalmente a partir da década de 1970 quando estas inauguram um novo perfil religioso (PAULA, 2013). Essa nova modalidade, ramificação das denominações evangélicas tradicionais, tem um crescimento acentuado nos últimos anos, as igrejas Pentecostais eram 8 milhões em 1980 e 22 milhões em 2000 conforme constatado pelos censos mais recentes como o do IBGE (2012) onde os católicos são 64,6% da população brasileira enquanto em 1970 eram 91,8%, e traz enquanto inovação, novas maneiras de pregação contribuindo para novos padrões de conduta mais modernos e adaptados ao contexto socioeconômico em vigor.

Cabe mencionar que a predominância das religiões de origem pentecostais centra-se no segmento da população que auferem de 1 a 2 salários mínimos (IBGE, 2012). Com destaque para os adeptos, moradores de periferia e trabalhadores precarizados (PAULA, 2013) sem acesso a uma gama de serviços públicos, a religião atua no sentido de aliviar o sofrimento humano, tão reforçado pelos inúmeros fatores que permeiam a vida dos indivíduos, principalmente, daqueles lançados à própria sorte.

Além disso, essas denominações têm como marca a maneira de cativar, mediante promessas com linguajares próximos ao de seus adeptos como a resolução de problemas: familiares, afetivos e econômicos (PAULA, 2013). Proporcionando quase que uma fórmula mágica para sanar o sofrimento, essa matriz cristã se aproxima “da realidade dos fiéis e facilita a construção de uma identidade religiosa comunitária” (PAULA, 2013, p.128). Em geral, tendem a mesclar em seus cultos, práticas advindas do interior de diversas vertentes religiosas como o candomblé, o espiritismo de Allan Kardec e o catolicismo (PAULA, 2013). Isso é uma forma de atingir uma demanda maior, salvaguardando o teor mágico resguardado pela espiritualidade como forma de “quebrar” toda maldição ou nó atado que têm levado seus fiéis a enfrentarem situações adversas em suas vidas.

Essas religiões também funcionam como uma fronteira moral condenando práticas ditas “desviantes” como o alcoolismo, o adultério e o uso de drogas. Seus preceitos requerem a conservação da família nuclear rechaçando tudo o que foge a essa lógica como o aborto, o relacionamento homossexual, etc.



Diante dessa perspectiva, o neopentecostalismo baseado em aspectos morais tende a zelar pelo relacionamento familiar, pela integração e socialização entre as pessoas. Ancorado na conservação dos valores familiares e, ao mesmo tempo, flexibilizando práticas da vertente evangélica tradicional, o neopentecostalismo transmite a seus fiéis valores e modos e condutas ditos corretos: a maneira de falar e se portar, ou seja, “um conjunto normatizado de comportamentos que dão base de sustentação tanto social quanto econômica” (PAULA, 2013, p133).

Outro elemento de grande relevância acerca destas novas denominações e seu crescimento expressivo é a participação feminina nestas religiões, como tem sido destacado no texto. No conjunto da população, de acordo com dados do IBGE (2012), de um total de 42.275.440 milhões de evangélicos, cerca de 23.492.609 milhões são mulheres. As denominações de origem pentecostais são as que representam a maior porcentagem no número de fiéis da vertente evangélica com um total de 25.370.484, dos quais 14.097.289 são mulheres.

Estas igrejas, em geral, oferecem uma rede de apoio às mulheres, reforçam a sua autoestima e também trazem os homens para o mundo doméstico. A participação nesses cultos religiosos tem um efeito terapêutico para os adeptos, com palavras de conforto e estímulo. Nos espaços e cultos destas denominações, as pessoas encontram respostas para seus problemas através dos chefes religiosos que atribuem sentido ao sofrimento dos adeptos, oferecendo princípios de explicação aos fiéis para as coisas que aparecem de forma desordenada em suas vidas.

Assim, o neopentecostalismo serve aos interesses práticos das mulheres. Elas passam, por exemplo, a não mais culpabilizar o seu companheiro e nem a si mesmas pelas condutas negativas. Na medida em que elas conseguem fazer com que seus companheiros se convertam à religião, eles largam vícios, canalizando o dinheiro que ganham para a família. O neopentecostalismo propõe um novo *ethos* familiar. Soma-se a isto a questão do reforço da fé do praticante, que é utilizada como uma importante estratégia de resistência à pobreza. Estas igrejas não estimulam a ação coletiva, mas promovem estratégias individuais de mobilidade ascendente por meio de uma nova conduta moral, bem afinada com o “espírito capitalista” de Weber, de competição individual e acumulação privada.



Ao se adaptar ao modo de produção em vigor, lança mão de mecanismos baseados em nichos de mercado funcionando como uma mercadoria disponível a esse público. Com isso, essas denominações atuam na manutenção do *status quo*, levando seus fiéis estabelecidos na base da pirâmide a se inserirem de forma subordinada na estrutura de consumo. Em suma, pode-se destacar que a religião, e nesse aspecto, primordialmente, a denominação neopentecostal tem tido papel de destaque nos dias atuais. Composta pela maioria dos adeptos do meio evangélico e abrangendo em seu público majoritariamente as mulheres, ela tem atuado enquanto promotora de fiéis-consumidores (FILHO, 2012).

#### **4. UM NOVO PENTECOSTALISMO PARA UM NOVO SEGMENTO SOCIAL**

Segundo dados recentes das últimas pesquisas domiciliares e censos, entre 2003 e 2011 houve queda da desigualdade na distribuição de renda no Brasil, com aumento de renda para os mais pobres em proporção maior do que a dos mais ricos. Mas em que condições e para que posição social estariam migrando estas pessoas?

Examinando os dados da POF<sup>2</sup> de 2008/2009, este novo segmento, denominado por alguns autores de nova classe média, abarcaria sujeitos e famílias na faixa de R\$1.200 e R\$5.174, situando-se acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. A pesquisa observou o perfil socioeconômico dos domicílios no interior desse estrato, combinando marcadores selecionados como distintivos da classe média. São estes: casa própria, acesso ao crédito, educação universitária e demanda privada por bens promovidos pelo Estado. Cabe destacar que estes marcadores devem ser entendidos considerando as análises de Bourdieu (2007) de que classe média significa não exatamente um padrão de consumo, mas um estilo de vida, que envolve diferenciação/distinção: morar bem, consumir serviços de qualidade, ter acesso a “capitais”.

Sendo assim, os dados também mostram que o perfil dessa nova classe média não exibe a maior parte dos critérios distintivos da classe média. Seus membros estão longe de corresponder à promoção social. A grande maioria possui moradia inadequada, escolaridade insuficiente, acesso limitado a crédito e faz uso incipiente de serviços sociais privados. Souza (2012), por exemplo, traz uma crítica incisiva ao que chamou de cegueira do economicismo.

<sup>2</sup> Pesquisa de Orçamento Familiares, IBGE



Para ele, as vantagens da classe média tradicional não se materializam apenas pela renda maior, mas pelo capital social e cultural que se detém. Capitais que, de acordo com o autor, este novo segmento social não possui.

Mas qual a relação desta nova classe média com a religiosidade e a feminização da pobreza? Raça e gênero são duas dimensões importantes que estão ausentes na concepção política deste novo segmento, mas estão presentes no padrão de discriminação e dominação das classes tradicionais. Para emergir, essa nova classe média se escora na velha divisão sexual do trabalho, com reforço da múltipla jornada de trabalho. Pode-se citar, por exemplo, o fato de que 55,8% dos domicílios brasileiros não possuem máquina de lavar roupa. Além disso, a ascensão também se sustenta no trabalho não remunerado, como o cuidado e outros aspectos referentes a reprodução familiar.

Assim, Souza (2012) argumenta que este segmento formado por uma nova classe trabalhadora precarizada que foi inserida no mercado via comércio está desigualmente aparelhada para competir e enfrenta as barreiras ligadas ao *habitus* específico do jogo de privilégios que caracteriza as classes mais favorecidas do Brasil. Insegurança econômica e social ainda é a marca desse grupo. Além disso, este novo segmento possui uma estrutura familiar muito mais frágil, que conforme já mencionado, uma explicação economicista não dá conta de entender as variáveis que integram as condições culturais, religiosas, sociais e econômicas deste público.

Dentre estas variáveis destaca-se papel que o pertencimento religioso tem na construção das subjetividades desses grupos ou como a lógica dos segmentos neopentecostais se conjuga com os anseios de mudança deste segmento. Vale destacar que estas denominações religiosas estão em geral em lugares centrais, seja nos bairros da periferia ou em locais de grande visibilidade nos centros urbanos, sempre trazendo a resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos: “pare de sofrer: nós temos a solução” ou “pare de sofrer, você nasceu para vencer” e usando de práticas evangélicas de cunho mágico em uma junção que as aproxima da realidade dos fieis.

Outro elemento importante em relação às denominações neopentecostais diz respeito aos nichos de mercado gerados com sua expansão. Nos meios de comunicação de massa, por exemplo, já somam 10% do mercado editorial brasileiro por meio de literatura religiosa. A música evangélica é responsável por 20% do mercado fonográfico, com shows por todo Brasil.



Além disso, também estão na política, com uma bancada composta por 71 deputados e 3 senadores, só perdendo para a bancada ruralista. Estão em 16 partidos de todas as tendências, com preferência para as legendas de centro-direita.

Esse crescimento dos neopentecostais demonstra que sua proposta teológica trabalha com a visão de seus fiéis inseridos na sociedade de consumo. Viver melhor implica além de saúde, é viver “materialmente” melhor. Eles utilizam os ensinamentos da “Teologia da Prosperidade” - ter bens materiais, ser saudável e não ter problemas financeiros - como demonstração de fé. São incentivados a serem mais pragmáticos e imediatistas. Para isso é preciso haver a troca de “coisas materiais”, por isso, pagamento de dízimo e ofertas.

Cabe mencionar que os fiéis destas igrejas quase sempre estão preocupados em construir um futuro para si, melhor que o deixado por seus pais. E estas denominações tem um elemento fundamental, um estímulo, o de que as pessoas merecem uma vida melhor, sobretudo economicamente, e a fé é a mediadora para que isso possa ocorrer. Soma-se a isto o fato de que estas igrejas também funcionam como um espaço de sociabilidade e de transformação de sujeitos que não tinham nenhuma representação na comunidade, que antes tinham uma vida moralmente repreensível, e que ao serem convertidos passam a ter reconhecimento, dando seus testemunhos de mudança e virando militantes da fé.

Em suma, pode-se dizer que há o interesse das classes dominantes em manter esses grupos como classe social permanentemente subalternizada, porém incluída no consumo e no mercado de trabalho precarizado. Além disto, nota-se um crescimento significativo do neopentecostalismo junto a esta “nova classe média”, que passa a ser o principal grupo a ser disputado pelas igrejas, prevalecendo uma postura fundamentalista, deslocada das premissas de afirmação de direitos e repartição de benefícios.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do entendimento da pobreza através de um olhar multidimensional entende-se que esta é produzida em nossa sociedade sob uma estrutura patriarcal e racista, que ordena e limita o acesso a direitos, a partir dos marcadores de sexo e da cor. Além disso, há uma fronteira moral estabelecida pelas igrejas que adquirem status central no entendimento das características deste novo segmento social. O neopentecostalismo reúne os sujeitos em torno da



melhoria da condição de vida, em múltiplos aspectos, inclusive o econômico. E, neste sentido, a mulher ocupa um papel central, de destaque na busca por novas formas de expressão religiosa que contemplem seus sofrimentos e angústias em face da precarização das políticas públicas, das desigualdades sociais e dos impactos sofridos com a divisão sexual do trabalho. O resultado mais direto é uma tendência inerente a este novo segmento social, com especial destaque para a participação feminina, a uma ligação com as igrejas neopentecostais e ao conservadorismo.

Diante de uma conjuntura de diminuição da ação estatal e de crescimento do empobrecimento da população, a mulher é a mais penalizada, visto que se encontra inserida numa estrutura subordinada, marcadamente patriarcal, que contribui para produção e reprodução de desigualdades de várias ordens.

A responsabilidade que ainda incide sobre esta mulher, centra-se no reforço de seu papel reprodutivo que gera empecilhos para uma inserção mais valorizada no mercado de trabalho, onde a mesma se insere sob a figura de mãe/mulher. Sendo assim, mesmo esta obtendo a responsabilidade na provisão da casa, a remuneração dessa mulher ainda é vista enquanto complementar a do homem. E mesmo quando esta está envolvida numa estrutura familiar unipessoal, a mesma não está respaldada por uma rede de proteção que lhe assegure rendimentos mínimos e dignos de sobrevivência.

A mulher majoritariamente engrossa o caldo dos trabalhadores precarizados, o qual não se pode negar a presença massiva também dos homens. Contudo é sobre elas que incide uma pressão maior diante da sobrecarga de jornadas duplas e até triplas de trabalho onde o gasto com afazeres domésticos é 2,5 vezes superior ao dos homens (SABBATO; MELO, 2013, p.12).

Com isso, por mais que os problemas vivenciados pelos dias atuais tendem a afetar igualmente os homens, os respingos dessa problemática incidem de forma mais perversa sobre as mulheres. São elas quem vivenciam uma gama de intempéries e violências, seja doméstica, sexual, sem contar as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e aos bens e serviços.

Diante disso, a religião apresenta para elas um bem disponível onde podem se relacionar sem represálias morais e estabelecer laços de confiança e fé. Nesse intuito, a “mudança” de vida e conduta proporcionada para aqueles que aceitam viver sob um padrão de conduta ancorada em preceitos religiosos, leva a quem os praticam a servirem enquanto exemplo para aqueles que apresentam desvios de conduta para a sociedade.



Nesse aspecto, o neopentecostalismo, ao pregar sobre anseios e dificuldades as quais esses fiéis estão perpassados, funciona como um motivador e uma “saída” da situação frustrante em que seus fiéis vivem. O sofrimento não é algo bem-vindo para Deus, logo, a solução está em Jesus. Com isso reproduz-se mensagens de fé, apoio, quebra de maldição ou tudo o que possa estar se referindo aos entraves para a vida do crente deslanchar.

Estas igrejas atuam assim, como uma fronteira moral, reunindo sujeitos com objetivos comuns, que diz respeito à melhoria da sua condição de vida, em múltiplos aspectos, inclusive econômico. Desta forma, o pertencimento religioso tem um papel preponderante na construção das subjetividades desses sujeitos e com os anseios de mudança desse segmento. Também é importante mencionar que por meio da "Teologia da Prosperidade" e da propagação da ideia do viver materialmente melhor, estas denominações trabalham com a visão de que seus fiéis estão inseridos na sociedade de consumo. A prosperidade não se dá no mundo do além, mas nesse mundo, o que representa uma mudança significativa em relação à concepção do velho ascetismo pentecostal.

O impacto do neopentecostalismo tem sido particularmente sentido pelas igrejas evangélicas do Brasil. O protestantismo brasileiro não é mais o mesmo desde que surgiu o novo movimento. Esse impacto tem sido experimentado de duas maneiras: primeiramente, muitas igrejas, sejam elas históricas ou pentecostais, têm perdido membros para o neopentecostalismo; em segundo lugar, essas igrejas, especialmente as históricas ou tradicionais, tem sido influenciadas em sua teologia, liturgia e organização pelas práticas neopentecostais. O “sucesso” do novo movimento tem sido especialmente cativante para os líderes de muitas igrejas, levando-os a acreditar que, se adotarem os mesmos métodos e ênfases, suas igrejas também irão obter o tão sonhado crescimento.

Por fim, ter uma vida abençoada é algo apazível e até desejável por Deus, sendo assim, uma vida próspera é uma demonstração de fé e dedicação. Funcionando como uma panacéia, a religião vai relacionar o dia-a-dia do crente a fórmulas mágicas de alívio da dor e do sofrimento que perpassa a vida de todo ser humano. Sejam problemas conjugal, financeiro ou emocional, Deus pode curar dores e abrir as janelas do céu derramando bênçãos e riquezas.

Com esse discurso não é difícil atrair uma multidão que, cansada da desilusão e da dilapidação de laços afetivos entre outras redes esgarçadas, é então envolvida por essa prédica por apresentar justamente a resolução para seus anseios mais profundos. Logo, as mulheres por



absorverem a maior carga emocional e por estarem sobre representadas em ocupações informais e precárias, se apegam a essa mercadoria disponível (religião) como um motivador que as proporcionará uma vida terrena próspera, logo, um futuro melhor para si e seus familiares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2007.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. V.1, Brasília: IPEA, 2010.

BRASIL. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAN). Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. Brasília: novembro, 2013. 170p.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da Pobreza” em cenário neoliberal, Mulher e trabalho, p. 89- 96, 2001. Disponível em:  
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2671/2993>> Acesso em: 17 de jun. 2014.

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. “Marketing de guerra santa”: da oferta e atendimento de demandas religiosas à conquista de fiéis-consumidores. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.10, n.25, p. 201 -232, jan./mar. 2012 – ISSN: 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2012v10n25p201/3547>> Acesso em: 17 de jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009*. Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, M. B. Feminização da pobreza e religiosidade. In: Valla, Victor V.; Stotz, E. N.; Algebaile, E. B. *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: ENSP, 2005.

MELO, Hildete Pereira de & SABBATO, Alberto Di. 10 Anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. *Trabalho apresentado na 35ª Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR)*, Rio de Janeiro, Brasil, 7 a 9 de agosto de 2013. Disponível em:





<<http://spm.gov.br/noticias/documentos-/versaoartigopibafazeredomesticossitespm.pdf>>  
acesso em: 20 de maio. 2014.

MONNERAT, Giselle Lavinias. et. al. Do direito inconstitucional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do PBF. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 12 (6):1453-1462, abr. 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600008),

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú – MG*, p.1-12, 20-24 de set.2004. Disponível em:<  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf)> Acesso em: 13 de jun.2014.

PAULA, Marilene de. BARTELT, Dawid Danilo (org). A nova classe trabalhadora e o neopentecostalismo. In: *A “nova classe média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. p.124- 134.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Maria Ozenira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> > Acesso em: 23 de maio. 2014.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2 ed. MG, UFMG: 2012.

UCHOA, Christiane; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. Texto para Discussão n. 076, CEDE/UFF. Niterói, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3ed. Lisboa: 1990.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.110, p.288- 322, abr./jun. 2012. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000200005&script=sci_arttext)> Acesso em: 13 de jun. 2014